

## Minorias, intervenção social e lógica da produção de notícias<sup>1</sup>

Nelson Toledo Ferreira<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ

**Resumo:** a proposta deste artigo é refletir sobre os espaços destinados pelos mass media às abordagens de questões relativas às chamadas minorias, suas demandas e suas reivindicações, que fogem à lógica da produção de notícias. Baseado em uma análise de valores-notícia percebe-se que estes critérios que definem os agendamentos e os enquadramentos midiáticos minimizam possibilidades de visões de mundo alternativas, que poderiam potencializar leituras plurais da sociedade, democratizando a comunicação. Nesta perspectiva, propõe-se o debate sobre o compromisso profissional dos jornalistas em incluir temáticas e/ou abordagens de interesse público, que contemplem uma gama plural de novas identidades que marcam a contemporaneidade, driblando os critérios tradicionais de definição do que é notícia para criar perspectivas discursivas contra-hegemônicas.

**Palavras-Chave:** valores-notícia; minorias; agendamentos; notícias; identidades.

### Introdução

A conexão entre produção e veiculação de discursos nos media e a construção de identidades é a base para que se joguem luzes em como a linguagem é fundamental no processo de constituição de narrativas dos indivíduos sobre si mesmos e suas relações de pertencimento coletivo – portanto, é fundamental para a própria construção da cidadania.

É através da linguagem que a realidade é socialmente absorvida pelos indivíduos, o que remete à importância do processo comunicacional dos discursos como instrumentos para compreensão do mundo – daí a importância do debate sobre a lógica de produção de notícias dos meios massivos e as repercussões que determinados enquadramentos e agendamentos midiáticos trazem no tratamento das questões identitárias, que tornam-se emblemáticas na contemporaneidade.

À medida que, na contemporaneidade, os meios de comunicação ocupam uma posição privilegiada do ponto de vista de alcance social, tornam-se objetos relevantes não

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, email: [neotolledo@hotmail.com](mailto:neotolledo@hotmail.com)

apenas porque são os grandes responsáveis pelo agendamento dos assuntos cotidianos, como porque, em alguma medida (que varia no tempo, no espaço e de acordo com a diversidade de recepções), podem, ocasionalmente, ser capazes de interferir nas visões de mundo e, por decorrência, nos comportamentos sociais e políticos.

O discurso midiático articula saberes e poderes, já que cria uma determinada percepção da realidade: os próprios modos de articular determinadas narrativas acabam por estabelecer versões sobre o que seria essa realidade. Os meios acabam por se constituir numa variável relevante para explicar fenômenos sociais, políticos e econômicos: logo, não podem ser esquecidos quando se trata de discutir os processos de posicionamento da ideologia hegemônica.

A fenomenologia de Alfred Schütz (1932) já amparava a importância da linguagem e dos discursos criados neste processo constante e dinâmico de interação social. Para este autor, a linguagem é uma ferramenta básica na interpretação do cotidiano. Para Schütz a realidade social é:

A soma total dos objetos e dos acontecimentos do mundo cultural e social, vivida pelo pensamento de senso comum de homens que vivem juntos numerosas relações de interação. (...) Desde o princípio, nós, os atores no cenário nacional, vivemos o mundo como um mundo ao mesmo tempo de cultura e natureza, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, ou seja, que nos é comum, que nos é dado ou que é potencialmente acessível a cada um de nós. E isso implica a intercomunicação e a linguagem. (SCHUTZ apud GUESSER, 2003, p.155)

Novos discursos legitimadores da ordem vigente são lançados todos os dias pela mídia massiva, reforçando concepções sobre comportamentos e estilos de vida. Disso decorre que se criam formações discursivas a respeito destas temáticas que trazem repercussões sobre a construção identitária dos indivíduos. O fato é que os meios de comunicação de massa, sejam impressos, eletrônicos ou digitais, potencializam discursos que acabam reformulando percepções do real – inclusive das narrativas que os indivíduos constroem sobre si mesmos.

Neste cenário, os media têm um papel importante na criação de estereótipos, tornando-se um dos principais instrumentos de construção de imagens de identidades e de alteridades. Ou seja, as formas de abordagem de temáticas que envolvem alguns segmentos sociais acabam por reforçar determinadas características e tipificações a todos os membros de um grupo, podendo gerar e consolidar discriminação e preconceito, ao invés de buscar

naturalizar determinados comportamentos e estilos de vida de uma sociedade, cada vez mais complexificada.

Existe uma intervenção do jornalismo nos critérios para selecionar os acontecimentos que serão divulgados como notícias, que pela própria rotina de produção acaba criando um ciclo vicioso de abordagens que excluem visões e estilos de vida diferenciados, não permitindo discursos contra-hegemônicos e leituras plurais da sociedade. Este é o foco do artigo, que questiona estes tradicionais critérios de seleção, os chamados valores-notícia, buscando inferências que demonstrem que as chamadas minorias têm pouco espaço nos media e têm dificuldades claras de disseminar seus discursos de alteridade na sociedade e naturalizar suas demandas e reivindicações.

### **O impacto dos meios massivos na construção da realidade**

Na perspectiva da centralidade dos media nas interações sociais há de se considerar as representações jornalísticas e as suas práticas discursivas na construção de significados e visões do mundo, interferindo na produção de sentidos dos indivíduos e, conseqüentemente, na prática social dos mesmos, refletindo diretamente no cenário social e político, através de processos de agendamento e enquadramentos. Com isso, os meios de comunicação são considerados importantes formas de representação social por conseguirem com eficácia disseminar conteúdos simbólicos, priorizando determinadas temáticas em detrimento de outras, e, definindo um agendamento do que é importante para a sociedade por conta da sua visibilidade mediática. E a partir disso, um outro processo se inicia, que é o enquadramento, marcos interpretativos construídos socialmente, que fazem com que os indivíduos atribuam sentido às situações sociais.

A ênfase a determinadas palavras, imagens, metáforas e retóricas em um discurso acaba por legitimar determinadas ideias, obscurecendo outras menos visíveis nestas construções textuais e/ou imagéticas, construindo percepções direcionadas de realidade, de acordo com interesses de grupos.

De acordo com Correia, “os media são uma das instituições que ajudam a dar forma à nossa visão do mundo, proporcionando quadros de interpretação que nos permite definir visões do outro” (CORREIA, 2010, p.119). Com efeito, a concepção de realidade pelos indivíduos acaba sofrendo interferências dos discursos propagados de forma constante pelos

meios massivos, ainda mais em uma sociedade em que os media são únicos instrumentos de informação e percepção simbólica do mundo.

Pierre Bourdieu (1997) lembra que a televisão, principalmente, dentre outros meios de comunicação de massa, tem o poder de produzir um efeito de real: “(...) ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (BOURDIEU, 1997, p.28). Com isso, propõe ideias e representações carregadas de implicações sociais, políticas e éticas que acabam acarretando mobilizações ou desmobilizações. O autor revela a importância do jornalismo nesta construção da realidade: ele sugere que o processo funciona com os meios de comunicação colocando “óculos” nos espectadores para assistirem a uma cena a partir de determinado enquadramento.

(...) Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca pelo sensacional, do espetacular. A televisão convida a dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático trágico (BOURDIEU, 1997, p.25).

Bernardo Kucinski (1998) alertava, já no final da década de 90, o que não difere no cenário atual, que é por meio da televisão que as classes B, C, D percebem assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem em comum: neste processo, a ideologia dominante acaba garantindo um consenso e a imposição de uma ordem social, consequentemente, mantendo o *status quo*.

Para Kucinski, “devido ao grau de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da população, a percepção política e da sociedade provém principalmente dos meios eletrônicos de comunicação, o rádio e a TV e, em menor escala, da leitura de jornais e revistas, os poucos objetos de leitura popular regular” (KUCINSKI, 1998, p.16). Na sua avaliação, cada veículo desempenha um papel de reforço da ideologia dominante no Brasil.

O rádio, segundo o autor, é o veículo mais democrático dentre os meios de comunicação de massa por ser mais diversificado e heterogêneo, permitindo uma pluralidade de vozes, apesar da política de permutas para se obter concessões. Já as revistas são voltadas para públicos específicos e atuam determinando a agenda dos assuntos a serem mais importantes na sociedade, bem como reforçam a ideologia atribuída às classes médias. Os jornais impressos já desempenham o papel de condutores dos programas de rádio e de

TV, gerando pautas, mantendo-se nas mãos de poucas famílias que partilham ideologias em comum.

Neste cenário, Kucinski conclui que a mídia no Brasil desempenha papel mais ideológico do que informativo.

(...) mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica (KUCINSKI, 1998, p. 17).

Citando Foucault (1969), as formações discursivas institucionalizam-se em práticas sociais. Para o autor, os discursos criados pelas palavras instituem objetos e coisas, que só passam a existir quando são constituídos por práticas na sociedade. Neste sentido, a mídia potencializa determinados discursos, que passam a ser legitimados socialmente – os meios de comunicação representam uma instituição relevante na contemporaneidade para a naturalização de saberes e de comportamentos.

A mídia opera um discurso que cria certo efeito de realidade sobre a sociedade, na medida em que prioriza determinados saberes (religiosos, estéticos, científicos) que prevalecem nas coberturas jornalísticas e são legitimados por entrevistas com uma série de especialistas em cada uma das áreas. Com isso, determinados conceitos e comportamentos são naturalizados e passam a ser assimilados discursivamente no dia a dia, através de estratégias discursivas como a escolha das fontes "autorizadas", modo de apresentação e tradução discursiva da ciência em conteúdo midiático. Desta forma, a sociedade assimila determinados paradigmas discursivos e, conseqüentemente, remodela hábitos, conceitos, comportamentos.

Em contrapartida, exclui também leituras plurais da sociedade, não permitindo que a sociedade conviva com diferentes segmentos sociais que não conseguem romper esta lógica de produção discursiva dos mass media, não garantindo reflexões acerca da alteridade. Com efeito, estes grupos acabam recebendo um tratamento noticioso dos mass media que não abre espaços para as diferenças pela própria seleção dos acontecimentos e o tratamento que dão a estas temáticas para se transformarem em notícias a serem consumidas pela sociedade. Com isso, muitas vezes, cria-se um estereótipo negativo de valores e visões do mundo, reforçando preconceitos. É o que ocorre com fatos envolvendo homossexuais, deficientes físicos, negros, jovens da periferia, mulheres e outros que lutam para naturalizar

seus estilos de vida e comportamento, demonstrando que a diferença não é um sinônimo de inferioridade.

### **Identities plurais na modernidade e minorias**

Partindo da ideia de que uma identidade não é definida natural ou essencialmente, mas construída socialmente, todas estas mutações que atingem a sociedade contemporânea afetam a forma como os indivíduos definem a si mesmos e se posicionam socialmente.

Segundo Stuart Hall (2006), qualquer homem ou mulher (e, conseqüentemente, quaisquer grupamentos humanos) representam a si mesmos narrativamente e suas identidades nada mais são do que discursos, representações simbólicas construídas socialmente. De acordo com o autor, na época atual, o que percebemos são crises e fragmentações das identidades tradicionais e das instituições nas quais se ancoram, resultados de mudanças decorrentes do impacto e da interferência de um mundo globalizado, pós-colonial e pós-diaspórico.

Seguindo a concepção de Hall (2006), ao contrário das sociedades antigas, tradicionais, que tinham papéis sociais bem definidos, atualmente, somos membros dos mais diversos grupos sociais e nosso processo de socialização é múltiplo, permitindo ao indivíduo transitar nos mais diversos espaços, influenciando e sendo influenciado em numerosas arenas na construção de sua identidade – nunca unificada, mas plural e diversa.

A própria mudança da noção de espaço-tempo refletiria este dinamismo de representações sociais no qual o homem moderno está inserido. Este pluralismo reforça a existência de uma gama de identidades em um só sujeito, tornando numerosas as facetas que constituem cada indivíduo.

Com o objetivo de aprofundar este debate, Hall explora as três concepções de sujeito: na ótica do iluminismo, da sociologia, e do sujeito pós-moderno. Com isso, revela que esta noção do indivíduo que era centrado, unificado, cujo “eu” era a identidade da pessoa, passou pela visão sociológica a ser entendido como uma interação social com seu meio, um reflexo de interiorização e exteriorização de papéis sociais institucionalizados, até chegar nesta concepção da transição pós-moderna - a do sujeito fluido e flexível.

Na época atual, esta estruturação sócio-cultural que construía o indivíduo entra em deslocamento, em crise. Ou seja, os sistemas de significação e representação cultural se

multiplicam no mundo moderno, criando uma gama de identidades, cujos sujeitos podem se identificar, ao menos temporariamente, com diversas posições identitárias distintas.

O autor destaca em suas análises aos impactos da globalização sobre a identidade cultural, afirmando, com base em outros teóricos, que as sociedades modernas são caracterizadas por mudanças constantes, rápidas e permanentes. Desta forma, desarticulam-se as identidades estáveis do passado, mas se abre a possibilidade de novas articulações, novas identidades, novos sujeitos.

Esta descentralização do sujeito, para Hall (2006), é fruto de algumas rupturas conceituais: passa pelas contribuições do pensamento marxista, deslocando a noção de agência individual; pela descoberta do papel do inconsciente por Freud; pela definição de nossa identidade através do “eu no olhar do outro” por Lacan; pela tese de Saussure de que a língua é um sistema social e não um sistema individual, que ela preexiste a nós; e pela visão de Michel Foucault sobre o poder disciplinar, o papel das instituições na moldagem do sujeito moderno, bem como pelo impacto do feminismo abrindo espaço para as bandeiras de luta e poder dos novos movimentos sociais.

As identidades são construídas através da diferenciação, entre eu/outro. As culturas fornecem sistemas classificatórios que aplicam um princípio de diferença a uma população para dividi-la, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que está incluído e o que está excluído. Estes sistemas dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. A marcação da diferença, então, é o componente-chave em qualquer sistema de classificação, e cada cultura tem suas próprias formas de classificar o mundo, propiciando meios para dar sentido ao espaço social e construir significados. Woodward (2005) discute as oposições binárias como uma forma de dicotomia que estabelece e fixa significados.

Já Tadeu da Silva (2005) dá ênfase aos conceitos de multiculturalismo para iniciar o debate sobre a identidade e diferença. Na sua opinião, as questões do multiculturalismo e da diferença passam a ser preocupações constantes das teorias educacionais críticas e das pedagogias oficiais sem o questionamento fundamental sobre identidade e diferença. Para ele, seria insuficiente reduzir os termos do debate às questões apoiadas num benevolente apelo à tolerância e ao respeito pela diversidade.

O autor afirma que o reconhecimento de uma identidade passa por uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas, de diferenças. “Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘ não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável” (SILVA, 2005, p.74). As afirmações

sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade, por isso esses conceitos são inseparáveis. Por serem interdependentes, elas são resultados de uma criação linguística, e não de essências – essas afirmações sobre a identidade e a alteridade são ativamente produzidas através da linguagem no mundo cultural e social.

### **Valores-notícia e as vozes das minorias**

Nesta discussão sobre a pluralidade identitária dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, os movimentos sociais que surgiram na década de 90 reforçam estas diferenciações de estilo de vida e de comportamento chamando a atenção para a ideia de que uma verdadeira democracia só se consolida a partir de uma convivência harmoniosa com a diferença, tendo como parâmetro básico que todos têm direitos de expressar-se plenamente enquanto cidadãos. Com isso, nas últimas décadas foi aberta uma importante arena política de debate sobre segmentos sociais que buscavam fazer valer seus direitos. Com o processo de globalização, estes segmentos sociais ganharam mais força por somarem-se aos diversos movimentos parecidos de outros grupos excluídos e marginalizados socialmente, que eclodiram em todas as partes do mundo. Gays, lésbicas, transexuais, mulheres, negros, deficientes físicos, indígenas se aproveitam dos meios de comunicação para potencializar suas reivindicações e levar o debate da diferença à esfera pública, mas ainda esbarram na barreira do preconceito e até mesmo da engrenagem noticiosa dos mass media.

A postura do jornalismo na cobertura destes debates é carregada de tipificações construídas socialmente pelo mass media e pela própria lógica de produção de notícias, que faz com que os espaços midiáticos tratem de temáticas das diferenças e das pluralidades identitárias de forma estereotipada. Com isso, o mass media acaba por estreitar e reduzir abordagens significativas que possam contribuir para que o debate sobre estas pluralidades identitárias levem a sociedade a novas reflexões e sejam naturalizadas novas leituras contra-hegemônicas de estilos de vida e de comportamento.

Muniz Sodré (2005) discorre sobre Kant para explicar como os alemães entendem maioria e minoria, para revelar como é a noção de minoria na sociedade atual. “Maioria é Mündigkeit, que implica literalmente a possibilidade de falar. Münd significa boca. Minoridade é Unmündigkeit, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é

aquele que não tem acesso à fala plena” ( SODRÉ, 2005, p. 11). Diante desta assertiva, a questão das minorias está mais no sentido de não ter voz na sociedade, de buscar espaços para que seus discursos mobilizadores sejam reconhecidos socialmente. Já Silverinha afirma que “os grupos minoritários passaram a constituir-se no espaço público democrático com base nas suas reivindicações políticas tocantes à diferença e à sua representação nos destinos coletivos” ( SILVERINHA, 2005,p.41).

Em uma sociedade plural, alguns segmentos sociais são excluídos do processo discursivo nas mídias. Nos jornais, telejornais e portais de notícias raramente se encontram espaços para se discutir cidadania, no sentido mais amplo destas demandas minoritárias. Raramente se discute acessibilidade, racismo, intolerâncias a credo, a opções sexuais e nenhum outro assunto similar, que eclode na sociedade atual, através de uma leitura e de um olhar sobre estas questões pelos próprios segmentos marginalizados, exigindo uma reverberação na sociedade para que ocorram transformações.

Correia (2010) afirma que o jornalismo intervém de forma crucial na configuração destes grupos, através de estratégias discursivas tais como, por exemplo, a metaforização dos emigrantes e da imigração como inquietante, comparando-os, por exemplo, a fenômenos naturais de forma pejorativa: “ vaga”, “fluxo”, “onda”, “avalanche”. O autor ainda cita a associação de minorias étnicas a conflitos de criminalidade e sua descrição como atores sociais conflituosos com representações sobre marginalidade e a perturbação da ordem, dentre outras formas discursivas tipificadas.

Esta intervenção do jornalismo é visível, até, ao nível dos critérios que são usados para selecionar os acontecimentos que irão ser transformados em notícia: os chamados valores-notícias. Quando olhados de perto é possível verificar como os valores-notícias se articulam com a proximidade cultural, proporcionando enquadramentos binários em que o ingroup e outgroup, grupo interno e grupo externo são representados em perspectiva pelos media, valorizando valores e visões do mundo do primeiro e diabolizando os valores e visões do mundo do segundo (CORREIA, 2010, p.120).

Em um estudo sobre estes critérios de noticiabilidade, que são instrumentos que ajudam a selecionar o acontecimento que poderá ou não transformar-se em notícias, Mauro Wolf (2002) classifica estes valores-notícia em cinco categorias: substantivas, relativa ao produto, ao meio de informação, ao público e à concorrência. As substantivas se referem à importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, feitos excepcionais. As categorias relativas ao produto tratam a informação nas suas

características enquanto uma mercadoria a ser consumida pelos leitores, levando em conta a brevidade, atualidade, novidade, organização interna da empresa, ritmo e ação dramática. As relativas aos meios de informação referem-se à acessibilidade às fontes, limites de formatação do veículo, como, por exemplo, na TV que existe a necessidade da imagem que passa a influenciar a noticiabilidade. As relativas ao público focam mais nos serviços de interesse público. Finalmente, as categorias relativas à concorrência apostam na exclusividade dos furos jornalísticos, buscam gerar expectativas e sempre levam em conta o trabalho e as matérias divulgadas pelos concorrentes, o que leva o jargão jornalístico de que um jornal acaba pautando o outro em um ciclo vicioso.

Já Galtung e Ruge (1993) cita alguns valores-notícia que traduzem esta mesma ideia de noticiabilidade quando selecionados a partir de uma visão elitista e hegemônica da sociedade. Para os autores quanto mais um acontecimento diga respeito às nações ou pessoas da elite mais existe a possibilidade de ser representado; quanto mais consoante for o sinal com a imagem mental do que se espera encontrar, mais provável será a audição desta frequência, ou seja, os acontecimentos que se desviarem muito das expectativas existentes não serão registrados pelos leitores/expectadores/ouvintes; quanto mais ainda um acontecimento for claro e livre de ambigüidades a outro que é muito ambíguo e do qual muitas e inconsistentes implicações poderão ser feitas mais possibilidades de se transformar em notícias e ter seu consumo rápido.

Correia (2010) ainda lembra a própria rotina dos mass media, que para assegurar seu funcionamento regular conduzem estratégias noticiosas que forcem uma monitoração rotineira de determinadas fontes institucionais, as chamadas fontes oficiais, que despejam sempre as mesmas visões de mundo, não favorecendo leituras plurais e abordagens diferenciadas de temáticas importantes na sociedade.

Diante do exposto, fica o questionamento quais os espaços as chamadas minorias têm para transformar os acontecimentos que envolvem o seu a dia a dia para romperem estas estratégias noticiosas, favorecendo uma naturalização dos seus estilos de vida e de comportamento, permitindo, assim, abordagens contra-hegemônicas, rompendo barreiras do preconceito e da discriminação. É de se ressaltar que pela gama de informações produzidas e distribuídas na sociedade atual pelas novas tecnologias de informação, o espaço de se discutir questões destes segmentos foi ampliado, se comparado há algumas décadas, mas, no entanto, fica ainda muito a desejar pela própria lógica desta produção noticiosa que favorece muito mais as classes hegemônicas.

## Considerações finais

Mesmo com todo o caráter mercadológico que envolve a comunicação, um jornalismo rico e eficiente é aquele que favorece interpretações plurais de fontes sobre temáticas diferenciadas, nas quais encaixam-se os debates sobre estes segmentos minoritários. A questão de abrir um espaço para a discussão de questões relacionadas às minorias passa por duas vertentes que não chegam a afrontar as engrenagens do mercado de notícias do mass media, podendo ter sua viabilidade.

A primeira é a própria consciência do profissional de jornalismo que foi formado para que tenha este compromisso com o interesse público, fazendo denúncias e questionando os poderes instituídos, em defesa da sociedade e do cidadão. Quaisquer pautas propostas nos veículos de comunicação devem ter a contribuição do jornalista que, mesmo direcionado na escolha de fontes e enquadramentos, pode propor abordagens diferenciadas que questionem leituras preconceituosas e discriminatórias.

A segunda vertente é da consciência do jornalista na elaboração de estruturas narrativas do próprio texto ou no enquadramento ao redigir uma matéria que revelem personagens que representem estes segmentos minoritários. Na maioria das vezes, dentro da lógica de produção de notícias e da rotina dos meios de comunicação, os jornalistas optam em oferecer narrativas apostando em modelos prontos carregados de preconceito e tipificações construídas e reforçadas por um discurso hegemônico. Um exemplo é a postura de inquisição de alguns repórteres que trabalham em rondas policiais, acusando o suspeito e repercutindo nos média juízos de valores sobre a conduta do mesmo, ainda mais se o acusado for negro. Ou, pior, a diferença ao descrever jovens de periferia e jovens da classe média, em matérias quando ambos cometem crimes semelhantes, ou ainda criar narrativas jornalísticas com tipificações de que todo travesti é marginal ou que todo portador de necessidades especiais deve ser tratado como vítima e como inválido.

O repensar o jornalismo, na contemporaneidade, como forma de meros instrumentos tecnicistas e tecnológicos e não através de seus conteúdos políticos deve ser reavaliado. O jornalismo é uma atividade que interfere na construção social de conceitos e preconceitos na sociedade, incluindo ou excluindo os cidadãos de questões da esfera pública. Diante deste cenário globalizante e mercadológico, que insere-se os mass media, é fundamental um debate consistente no meio profissional sobre as formas de criar noticiabilidade para acontecimentos que consolidam visões de mundo, nas quais os

discursos das diferenças tenham sua vez. É necessário que tenhamos consciência que a passividade do profissional de comunicação pode ser responsável por um modelo de jornalismo que exclui e marginaliza determinados segmentos ao invés de promover a voz destas minorias étnicas, de gênero, de credo religioso e tantas outras que são emblemáticas com suas bandeiras de luta na contemporaneidade. “(...) Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio, sem o objetivo de tomada de poder pelas armas. Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” desta luta (SODRÉ, 2005, p.13).

### **Bibliografia**

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERGER, Peter L & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 27 ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2007

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos** (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CORREIA, J. Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso – notas sobre o jornalismo e representações sociais.** Portugal: LabCom, 2009

COSTA, Antônio Firmino da. **Identidades culturais urbanas em época de globalização.** In: RBCS, Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002.

ESTEVES, João Pissarra. **Os media e a questão da identidade.** Universidade Nova de Lisboa, 1999. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)>. Acesso em: 15 de maio de 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. **Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas).** UFSC / UDESC. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber - Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 6ª edição,** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOLFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007

HALL, Stuart. **A Identidade na pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva – 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&, 2000.

JAMENSON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia da exclusão**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1995, Aracaju-SE. Resumos. São Paulo-SP: Intercom, 1995.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVERINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOARES, M. César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.